

ARNALDO
RIZZARDO

DIREITO DO AGRONEGÓCIO

6^a
edição revista e
atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 19.10.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- A obra *Direito Agrário* passou a ser publicada pela Editora Forense, como *Direito do Agronegócio*, a partir da 4ª edição.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

R529d

6. ed.

Rizzardo, Arnaldo, 1942-

Direito do Agronegócio / Arnaldo Rizzardo. – 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4244-1

1. Direito agrário – Brasil. 2. Agroindústria – Brasil. I. Título.

21-73836

CDU: 349.42(81)

Camila Donis Hartmann Bibliotecária CRB-7/6472

Sumário

CAPÍTULO I – DIREITO AGRÁRIO	1
1. A Definição de Direito Agrário.....	1
2. Direito Agrário ou Direito Rural e Autonomia Legislativa	2
3. Objeto do Direito Agrário e Atividade Agrária	3
4. Caracterização e Natureza do Direito Agrário	4
5. Princípios e Fontes do Direito Agrário	5
6. Relação do Direito Agrário com Outros Ramos do Direito.....	7
7. A Origem do Direito Agrário.....	8
8. Uma Visão do Direito de Propriedade Através dos Tempos.....	10
9. O Sistema da Propriedade Rural desde os Primórdios do Direito Brasileiro	10
10. As Tentativas de Codificação e a Autonomia do Direito Agrário.....	13
11. A Política Agrícola	14
CAPÍTULO II – O IMÓVEL RURAL.....	21
1. A Função Social da Propriedade.....	21
2. A Função Social e a Utilização Racional e Adequada da Propriedade	23
3. Imóvel Rural.....	25
4. Tributo Incidente em Imóvel Localizado em Zona Urbana, mas com Destinação Rural.....	27
5. Latifúndio.....	32
6. Minifúndio.....	33
7. Módulo Rural, Módulo Fiscal e Fração Mínima de Parcelamento.....	34
7.1. Módulo rural – MR.....	34
7.2. Módulo fiscal – MF.....	36
7.3. Fração Mínima de Parcelamento – FMP.....	40
8. Zona Típica de Módulo – ZTM	41
9. Propriedade Familiar	43

10. Tamanho da Propriedade Rural, ou Pequena, Média e Grande Propriedade Rural...	44
11. A Pequena e Média Propriedade e sua Proteção.....	47
12. A Pequena e Média Propriedade e a Reforma Agrária.....	48
13. Desmembramentos de Imóveis Rurais.....	51
14. O Georreferenciamento e o Sistema Geodésico Brasileiro.....	53
14.1. A ideia e a finalidade.....	53
14.2. A regulamentação.....	55
14.3. Prazo para o georreferenciamento.....	57
14.4. O Sistema Geodésico Brasileiro.....	60
15. Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR.....	61
16. Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR.....	67
17. Retificação Administrativa de Área.....	69
17.1. Casos de retificação administrativa.....	69
17.2. Requisitos para o pedido.....	70
17.3. A tramitação cartorária.....	71
17.4. Remanescentes de áreas alienadas e retificação de divisas por confrontantes.....	72
17.5. Hipóteses de dispensa de retificação.....	72
17.6. Retificação para aumentar a extensão da área.....	73
18. Reforma Agrária.....	74
18.1. Conceituação na Constituição Federal e no Estatuto da Terra.....	74
18.2. Objeto e metas da reforma agrária.....	75
18.3. A política de socialização da terra.....	76
18.4. Rumos atuais na exploração da terra e o sistema da reforma agrária.....	77
18.5. A propriedade produtiva.....	77
18.6. Estimativa do Grau de Eficiência de Exploração – GEE.....	82
18.7. A metodologia para aferir a produtividade da terra.....	82
18.8. Graus de utilização e de eficiência para caracterizar a produtividade do imóvel.....	83
18.8.1. Quanto ao grau de utilização.....	83
18.8.2. Quanto ao grau de eficiência na exploração.....	87
19. Desapropriação por Interesse Social para Fins de Reforma Agrária.....	92
19.1. O alcance do interesse social e da função social.....	92
19.2. Terras insuscetíveis de desapropriação.....	93
19.3. Imóveis destinados à reforma agrária e suscetíveis de desapropriação.....	94
19.4. Imóveis rurais e sua localização.....	97

19.5.	A justa indenização	99
19.6.	Juros compensatórios na desapropriação para fins de reforma agrária	102
19.7.	Condições para o assentamento	109
19.8.	Pessoas excluídas em programa de reforma agrária de imóveis desapropriados	116
19.9.	Imóvel remanescente à área desapropriada	117
19.10.	Vistoria do imóvel para fins de reforma agrária.....	117
19.11.	Desapropriação para fins de reforma agrária por descumprimento da função social de preservação do meio ambiente.....	121
19.12.	Desapropriação e invasões da área.....	124
19.13.	Competência para a desapropriação para fins de reforma agrária	126
19.14.	O procedimento da ação de desapropriação para fins de reforma agrária...	127
19.15.	A ação que discute o preenchimento dos requisitos para a desapropriação e suspensão da imissão de posse	132
20.	Terras Devolutas como Bens Públicos.....	134
20.1.	A origem do sentido de terras devolutas.....	134
20.2.	Caracterização e alcance.....	134
20.3.	Terras devolutas e terras sem dono ou sem matrícula imobiliária	136
20.4.	Terras devolutas arrecadadas	138
20.5.	Inclusão das terras devolutas como bens públicos.....	139
21.	A Proteção Possessória e o Descumprimento da Função Social da Propriedade Rural.....	140
22.	Direito de Superfície Agrária.....	144
23.	Licenciamento Ambiental para a Atividade Agrária	147
24.	Queimadas para Atividades Agrícolas	151
24.1.	O alcance das queimadas.....	151
24.2.	A legislação.....	152
24.3.	Visão da jurisprudência do STJ sobre a matéria	157
24.4.	Indeferimento do pedido de queima controlada por motivo de poluição ...	160
25.	Áreas de Preservação Permanente, de Uso Restrito e de Destinações Especiais.....	161
25.1.	Caracterização e especificação das Áreas de Preservação Permanente.....	161
25.2.	Tratamento para situações especiais das Áreas de Preservação Permanente	166
25.3.	Criação de Áreas de Preservação Permanente	168
25.4.	Regime de proteção das Áreas de Preservação Permanente.....	168
25.5.	Atividades rurais em áreas consolidadas de preservação permanente e recomposição.....	171

25.6.	Recomposição de Áreas de Preservação Permanente de até quatro módulos fiscais e de áreas destinadas à reforma agrária	175
25.7.	Áreas de uso restrito	176
25.8.	Uso ecológico sustentável dos apicuns e salgados.....	177
25.9.	Supressão de vegetação nativa para o uso alternativo do solo.....	178
26.	Área de Reserva Legal ou Ambiental.....	180
26.1.	Motivações que levaram à Reserva Legal ou ambiental	180
26.2.	A compreensão da área de Reserva Legal ou ambiental	181
26.3.	Fatores que influem na localização da área de Reserva Legal	182
26.4.	As dimensões de áreas a serem preservadas na Reserva Legal ou ambiental.....	183
26.5.	Condições relativas à constituição de áreas de Reserva Legal.....	184
26.6.	A utilização da área de Reserva Legal.....	185
26.7.	Redução da área de Reserva Legal	187
26.8.	Áreas excluídas de constituição de Reserva Legal e inclusão de espécies frutíferas e exóticas para a composição da vegetação.....	187
26.9.	Redução ou aumento da área de Reserva Legal dos Estados indicada pelo Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE estadual	188
26.10.	Casos do cômputo da Área de Preservação Permanente para a composição da área de Reserva Legal.....	189
26.11.	A especialização e o registro da Reserva Legal ou ambiental.....	190
	26.11.1. Regulamentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR.....	195
26.12.	Áreas consolidadas em áreas de Reserva Legal	200
26.13.	Autorização para a exploração de florestas nativas ou sucessoras não integrantes de áreas de Reserva Legal	203
26.14.	Penalidades para aqueles que se omitem em encaminhar o registro da área de Reserva Legal e dispensa de autuações.....	206
26.15.	Regulamentação do programa de regularização de áreas rurais devastadas	207
27.	Áreas Rurais de Preservação Permanente e de Reserva Legal com Isenção do Imposto Territorial Rural	210
28.	Recomposição, Regeneração e Compensação de Áreas de Reserva Ambiental ou Legal.....	212
29.	A Instituição de Servidão Ambiental ou de Cota de Reserva Ambiental em Outro Imóvel para Fins de Reserva Legal.....	217
30.	Transferência da Obrigação de Implantar a Reserva Legal ou Ambiental ao Adquirente do Imóvel.....	222
31.	A Condição do Prévio Registro da Área de Reserva Legal ou Ambiental para Atos de Transmissão e Desmembramento do Imóvel.....	225

32. Legitimidade do Adquirente do Imóvel para Responder na Ação de Reparação por Danos Ambientais.....	229
33. Colonização	231
33.1. Compreensão	231
33.2. Objetivos.....	233
33.3. Colonização de terras públicas e de terras particulares	233
33.4. O projeto de colonização.....	235
34. Transformação de Imóveis Rurais em Urbanos para Fins de Loteamento.....	237
35. Loteamento e Desmembramento de Imóveis Rurais.....	240
35.1. Conceito e regulamentação.....	240
35.2. Desmembramentos de imóveis rurais para utilização comercial, industrial e comunitária	242
36. A Discriminação das Terras Públicas	243
36.1. Propósito visado com a discriminação.....	243
36.2. Panorama da legislação.....	244
36.3. Terras objeto da discriminação	244
36.4. O procedimento administrativo.....	246
36.5. O procedimento judicial.....	248
37. Legitimação de Posse Agrária.....	250
38. Regularização de Posse em Terras Rurais	254
39. Regularização de Posse na Amazônia Legal	257
40. Usucapião de Terras Rurais.....	262
40.1. Usucapião pró-labore do Estatuto da Terra	262
40.2. Usucapião especial de terras rurais e sistemas legais vigentes para o seu reconhecimento	263
40.3. Sistema legal aplicável para a usucapião de terras rurais	265
40.4. Requisitos para a usucapião de terras rurais.....	266
40.5. O procedimento judicial da usucapião especial rural	270
40.6. Usucapião cartorária extrajudicial	273
40.7. Usucapião especial rural como matéria de defesa e com reconhecimento de domínio	280
40.8. A isenção do Imposto Territorial Rural.....	281
41. Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros.....	281
42. Terrenos de Marinha	285
43. Terras Indígenas	291
43.1. As terras ocupadas pelos indígenas	291
43.2. As terras indígenas como direito constitucional.....	291

43.3.	O tratamento dado pela jurisprudência para a caracterização das terras indígenas.....	294
43.4.	A regulamentação pelo Estatuto do Índio.....	298
43.5.	A demarcação das terras e a usucapião indígena	298
44.	Terras Situadas na Faixa de Fronteira.....	301
44.1.	Elementos formativos e tratamento legal.....	301
44.2.	Relação da faixa de fronteira com a segurança nacional.....	303
44.3.	Providências registrárias	307
44.4.	Alienação, pelos Estados, de terras devolutas localizadas na faixa de fronteira e impossibilidade da desapropriação	307
44.5.	A declaração de nulidade da desapropriação de terras devolutas da União transferidas a particular por Estado não titular	309
45.	A Impenhorabilidade do Imóvel Rural	312
45.1.	Conceitos de institutos relativamente ao tamanho da propriedade rural....	312
45.2.	A impenhorabilidade da pequena propriedade	313
45.3.	A impenhorabilidade da moradia em imóvel rural e da pequena propriedade rural.....	314
45.4.	Invalidade da renúncia ao direito da impenhorabilidade	317
46.	O Direito das Águas no Direito Agrário	318
46.1.	A lei aplicável em matéria de águas	318
46.2.	Águas públicas	319
46.2.1.	A abrangência das águas públicas.....	319
46.2.2.	A utilização particular da água para as necessidades comuns de pequenos núcleos populacionais e as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes	322
46.2.3.	A utilização particular das águas para finalidades rurais	323
46.2.4.	A outorga de água para a irrigação na agricultura	325
46.2.5.	O pagamento pelo uso de água	328
46.2.6.	O sentido do caráter de domínio público das águas	330
46.3.	Águas particulares.....	332
46.4.	Aqueduto ou canalização de águas	333
46.5.	Águas supérfluas das correntes comuns e das nascentes	338
46.6.	Fluxo das águas pelo prédio inferior ou do escoamento natural das águas..	342
46.7.	Aproveitamento das águas pluviais.....	344
46.8.	Tirada de águas.....	344
46.9.	Tomada de água.....	346
46.10.	Escoamento de águas estagnadas	346

CAPÍTULO III – CONTRATOS AGRÁRIOS	347
1. Parceria e Arrendamento Rural.....	347
1.1. Conceitos e caracterização	347
1.2. Leis regulamentadoras.....	350
1.3. Natureza dos contratos	351
1.4. Forma dos contratos	352
1.5. Prazos de duração	353
1.5.1. Prazos mínimos para o arrendamento	353
1.5.1.1. Arrendamento de lavouras e atividades de exploração florestal.....	354
1.5.1.2. Arrendamento para a exploração da pecuária.....	354
1.5.2. Prazos mínimos para a parceria.....	354
1.5.3. Contratos com prazo indeterminado	356
1.6. Renovação ou prorrogação do contrato	356
1.7. Direito de preferência ou preempção na alienação do imóvel	360
1.7.1. O direito de preferência em favor do subarrendatário.....	363
1.7.2. Concorrência de vários arrendatários.....	365
1.7.3. Concorrência do condômino e do arrendatário no direito de preferência	365
1.7.4. Depósito do preço da venda	366
1.7.5. Direito de preferência ou indenização por perdas e danos	367
1.7.6. Extensão do direito de preferência à parceria	367
1.7.7. Abrangência do pedido de preferência a toda a área do imóvel	368
1.7.8. Procedimento judicial para o exercício do direito de preferência...	369
1.8. Benfeitorias e direito de retenção.....	370
1.9. Fixação do preço ou remuneração	371
1.9.1. No arrendamento	371
1.9.1.1. Valor real do imóvel para arbitrar o preço ou remuneração do arrendamento	373
1.9.1.2. Preço potencial da área não arrendada.....	373
1.9.1.3. Arrendamento de imóvel com benfeitorias.....	374
1.9.1.4. Reajuste do preço ou remuneração	374
1.9.2. Na parceria.....	375
1.10. Extinção do contrato.....	376
1.11. Ação de despejo	379
1.12. Ação de reintegração de posse.....	382

1.13.	Venda de imóvel rural objeto de arrendamento ou parceria.....	382
1.14.	Subarrendamento e subparceria.....	382
1.15.	Parceria na exploração de madeiras.....	383
2.	Locação de Imóvel Rural.....	383
3.	Contrato de Integração nas Atividades Agrossilvipastoris.....	387
3.1.	O sistema de integração entre empresas de beneficiamento ou de industrialização de produtos de origem agrossilvipastoril, e o produtor rural.....	387
3.2.	A lei que regulamentou o sistema de integração.....	389
3.3.	A abrangência de produtos e atividades no contrato de integração.....	389
3.4.	Conceitos ou significados de termos e expressões que envolvem a integração.....	390
3.5.	O fato socioeconômico que leva à formação de novas figuras jurídicas.....	393
3.6.	Da gênese do contrato de integração no fenômeno social.....	395
3.7.	A presença de elementos de outros contratos na formação de alguns contratos.....	395
3.8.	O contrato de integração frente à parceria rural.....	396
3.9.	O contrato de integração frente ao contrato de sociedade.....	399
3.10.	A conjugação de elementos da parceria e da sociedade no contrato de integração.....	402
3.11.	A relação de integração e conjugação de recursos e esforços.....	403
3.12.	Elementos do contrato de integração.....	403
3.13.	Requisitos do contrato de integração.....	405
3.14.	O Fórum Nacional de Integração (Foniagro).....	409
3.15.	Comissões para acompanhamento, desenvolvimento e conciliação da integração (Cadecs).....	411
3.16.	Normas ambientais e sanitárias.....	413
3.17.	Relatório de Informações da Produção Integrada (RIPI).....	415
3.18.	Documento de Informação Pré-contratual (DIPC).....	415
3.19.	Titularidade das máquinas, equipamentos, instalações e animais entregues pelo integrador ao integrado, e consumo de produtos.....	416
3.20.	Direitos do integrado na recuperação judicial ou falência do integrador....	418
3.21.	O contrato de integração e a relação de emprego.....	419
3.22.	O tratamento jurídico dado pelos tribunais ao contrato de integração.....	423
3.23.	Não incidência de contribuições ou tributos nos contratos de integração...	428
4.	Seguro Agrícola ou Proagro.....	429
4.1.	A caracterização do seguro.....	429
4.2.	A regulamentação específica e a finalidade.....	430

4.3.	As causas de cobertura.....	431
4.4.	Direitos que decorrem do seguro	432
4.5.	Fontes de custeio, extensão da cobertura e administração do seguro.....	434
4.6.	O Proagro mais.....	435
4.6.1.	A comprovação das perdas	435
4.7.	Órgão recursal interno.....	436
4.8.	O prêmio ou adicional.....	436
4.9.	A responsabilidade passiva	440
5.	Compra e Venda de Safra Futura e Revisão Contratual.....	442
6.	O Preço Mínimo dos Produtos Agrícolas.....	447
6.1.	A previsão legal da garantia	447
6.2.	Competência para estabelecer o preço mínimo	448
6.3.	As formas de garantia do preço mínimo.....	450
6.4.	A fixação do preço mínimo abaixo do custo do produto.....	452
6.5.	A venda de produtos abaixo do preço mínimo	455
7.	Contratos Atípicos ou Não Regulamentados Especificamente	455
CAPÍTULO IV – CRÉDITO RURAL.....		459
1.	O Crédito Rural.....	459
1.1.	Configuração e objetivos.....	459
1.2.	Órgãos financeiros que concedem o crédito rural.....	461
1.3.	Destinatários do crédito rural.....	461
1.4.	Requisitos para a concessão do crédito rural.....	462
1.5.	Condições impostas ao financiado	463
1.6.	Tratamento privilegiado concedido pela legislação agrária ao crédito rural.....	464
1.7.	Títulos de crédito rural.....	473
1.8.	Modalidades de crédito rural.....	474
1.9.	Cédulas de crédito rural	475
1.9.1.	Características	476
1.9.2.	Registro imobiliário das cédulas rurais e emissão pela forma escritural.....	477
1.9.3.	Cobrança judicial das cédulas de crédito rural	478
1.9.4.	A impossibilidade de penhora, sequestro e arresto em bens objeto da cédula de crédito rural	480
1.9.5.	Perda dos privilégios especiais na transmissão ou transferência dos títulos de crédito rural	483

1.9.6.	Vencimento antecipado da cédula rural.....	485
1.9.7.	Cédula rural pignoratícia	485
1.9.7.1.	Conceituação	485
1.9.7.2.	Finalidade	486
1.9.7.3.	Constituição	486
1.9.7.4.	Prazo de duração e bens objeto da cédula	487
1.9.7.5.	A posse dos bens	488
1.9.7.6.	Alienação dos bens	490
1.9.8.	Cédula rural hipotecária	490
1.9.8.1.	Caracterização	490
1.9.8.2.	Objeto da cédula rural hipotecária	491
1.9.8.3.	Direitos resultantes da cédula rural hipotecária	492
1.9.8.4.	Requisitos do contrato	493
1.9.8.5.	Incidência de várias hipotecas sobre o mesmo bem	493
1.9.9.	Cédula rural pignoratícia e hipotecária	494
1.10.	Nota promissória rural	495
1.11.	Duplicata rural.....	498
1.12.	Nota de crédito rural.....	501
1.13.	Cédula de produto rural – CPR.....	502
1.13.1.	Promessa de entrega de produtos e não de pagamento	502
1.13.2.	Características, constituição e registro do título	504
1.13.3.	O endosso e a liquidação.....	508
1.13.4.	Caráter cambial	510
1.13.5.	A qualificação como título de crédito.....	511
1.13.6.	A possibilidade de garantias	512
1.13.7.	A execução	512
1.14.	Equalização dos preços dos produtos e dos encargos financeiros	513
1.15.	Cédula imobiliária rural.....	518
1.15.1.	Fundo garantidor solidário.....	519
1.15.2.	A cédula imobiliária rural e patrimônio de afetação.....	520
1.15.3.	Elementos e configuração da cédula imobiliária rural.....	523
2.	Agronegócio e Títulos de Crédito	527
2.1.	A formação do agronegócio.....	527
2.2.	Títulos de crédito criados em função do agronegócio	529

2.3.	Regramento relativo ao Certificado de Depósito Agropecuário – CDA e ao Warrant Agropecuário – WA.....	530
2.4.	Regramentos relativos ao Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, à Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e ao Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA.....	533
2.4.1.	Quanto ao CDCA.....	535
2.4.2.	Quanto à LCA.....	538
2.4.3.	Regras e princípios comuns aplicáveis ao CDCA e à LCA.....	540
2.4.4.	Quanto ao CRA.....	542
3.	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.....	544
3.1.	Caracterização e criação do Programa.....	544
3.2.	Regulamentação.....	546
3.3.	Beneficiários do Pronaf.....	549
3.4.	Condições para ter acesso ao financiamento.....	550
3.5.	Objetivos do Pronaf.....	551
3.6.	Tipos específicos de financiamento.....	552
3.7.	Seguro da Agricultura Familiar (Seaf).....	553
4.	O Reajuste dos Preços das Dívidas Agrárias de Acordo com a Equivalência do Preço do Produto.....	554
CAPÍTULO V – EMPRESA AGRÁRIA.....		557
1.	Empresa Agrária, Agroindústria e Agronegócio.....	557
2.	Distinção entre a Empresa Agrária e a Empresa Rural definida no Estatuto da Terra.....	560
3.	Empresário Agrário Individual.....	561
4.	Estabelecimento Agrário.....	563
5.	Cultivares.....	565
5.1.	A formação de cultivares.....	565
5.2.	Cultivares locais ou tradicionais ou crioulas, e cultivares convencionais, híbridas e transgênicas.....	567
5.3.	A obtenção de licença para produzir cultivares.....	569
5.4.	A proteção da cultivar.....	570
5.4.1.	O prazo de proteção da cultivar.....	573
5.5.	A utilização de cultivares que não constitui violação ao direito de propriedade.....	574
5.6.	O preço pelo direito de uso.....	577
5.7.	A revalidação no Brasil das cultivares autorizadas no exterior.....	579

CAPÍTULO VI – TRABALHADOR RURAL	583
1. Estatuto do Trabalhador Rural	583
1.1. O trabalho rural e incidência do Estatuto.....	583
1.2. Tratamento dado ao trabalhador rural	584
1.3. Direitos reconhecidos ao trabalhador urbano e ao trabalhador rural	585
1.4. Direitos próprios do empregado rural.....	590
1.5. Contrato de trabalho rural por pequeno prazo.....	591
2. Regime Previdenciário aos que Desempenham Atividades Rurais.....	593
3. Aposentadoria por Idade.....	597
3.1. O direito à aposentadoria	597
3.2. Tipos de contribuintes	598
3.3. A concessão da aposentadoria mediante a comprovação do exercício de atividade rural e dispensa de contribuição	601
3.4. O prazo de carência para a aposentadoria	604
3.5. Cálculo diferenciado para a apuração do período de contribuição a partir de 2010.....	605
4. Aposentadoria por Tempo de Contribuição.....	605
4.1. Espécies e condições	605
4.2. Prazos de carência e distinção do tempo de contribuição	610
4.3. Cômputo do tempo de serviço rural exercido antes da Lei 8.213/1991, sem recolhimento das contribuições, para fins de concessão de aposentadoria.....	611
4.4. Contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade rural, urbana e pública.....	613
4.5. O valor do benefício.....	615
4.6. Documentação para pedir a aposentadoria.....	616
5. Aposentadoria do Trabalhador Rural por Invalidez.....	617
5.1. A condição da incapacidade total e definitiva para o trabalho	617
5.2. Tipos de invalidez e prazos do início do benefício	618
5.3. O valor da aposentadoria	619
5.4. A carência	620
5.5. Acréscimo do valor, se necessária a assistência, e cancelamento do benefício	621
6. Auxílio-Doença	622
7. Auxílio-Acidente	624
8. O Benefício da Pensão por Morte do Trabalhador Rural	626
8.1. O direito ao benefício, o valor da pensão e a carência	626
8.2. Classes de dependentes e beneficiários	626

8.3.	Cessação do benefício e redução do valor	628
8.4.	Exigências para a concessão.....	629
8.5.	Os beneficiários de segurado que tiver morte presumida.....	630
8.6.	Inexistência de prazo de decadência para os incapazes	630
8.7.	Cumulação da pensão com outros benefícios	631
9.	Salário-Família.....	632
10.	Salário-Maternidade	634
11.	Auxílio-Reclusão	642
12.	Abono Anual Acidentário e Abono Salarial Anual	646
13.	Seguro-Desemprego.....	648
14.	Habilitação e Reabilitação Profissional	653
15.	Acidente do Trabalho	655
16.	Contribuição Previdenciária de Pessoas Ligadas � Atividade Rural	660
16.1.	Contribuição do empregador rural pessoa física	660
16.2.	Contribuição devida pela pessoa jurídica que atua na área da agroindústria	662
16.3.	Contribuição devida pelo segurado rural especial	664
16.4.	Contribuição devida pelo segurado rural individual pessoa física.....	666
16.5.	Contribuição de consórcio simplificado de produtores rurais.....	667
17.	Funrural.....	668
17.1.	A Contribuição Social Rural.....	668
17.2.	O contribuinte.....	669
17.3.	Empregador rural pessoa física e período anterior � Lei 10.256/2001	669
17.4.	Pedido de restituição relativamente a pagamentos feitos nos períodos em que não era devida a contribuição	673
18.	Contribuição Devida ao Incra	675
BIBLIOGRAFIA		679